



SAIU DA MOITA

*Lula decide indicar
Marluce Caldas, do MP-
AL, para vaga no Superior
Tribunal de Justiça*



NO PÁREO

Renan Filho confirma candidatura ao governo de Alagoas em 2026 e reforça estratégia política do MDB



*Ministro dos Transportes afirma
que deixará o cargo em abril para
disputar o Palácio dos Palmares*

FEDERAL EM AÇÃO

*Operação Voto Limpo
investiga suposto
esquema eleitoral nas
eleições de 2024*

*Polícia
Federal
apura
compra
de votos
ligada à
campanha
municipal
em Viçosa*



ALIADO DE PESO

*Presidente da ALE destaca experiência e capacidade do ministro
para dar continuidade ao projeto do MDB*

*Marcelo Victor
reafirma apoio a
Renan Filho: “É o
nosso melhor quadro
para o governo”*



DINHEIRO

*Decisão estabelece prazo de 24 meses
para que poupadores ingressem no
pacto firmado com bancos*

*STF condiciona
pagamento de perdas do
Plano Collor I à adesão
a acordo coletivo*

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

O retorno de Renan Filho

A possível candidatura de Renan Filho ao governo de Alagoas em 2026 não deve ser tratada como mera repetição de um nome já conhecido, mas como a retomada de um projeto administrativo que deu certo, reconhecido por aliados, adversários e, sobretudo, pela população. Após comandar o Estado por dois mandatos consecutivos, com índices positivos de aprovação e uma gestão marcada por responsabilidade fiscal, investimentos em infraestrutura e avanços na segurança e na educação, Renan consolidou-se como uma das principais lideranças políticas do Nordeste.

Hoje, como ministro dos Transportes, cargo que exerce com competência e visibilidade nacional,

ele demonstra o quanto a política, quando feita com planejamento e compromisso, pode produzir resultados concretos. A duplicação de rodovias federais, a reestruturação da malha viária de Alagoas e projetos como o VLT de Arapiraca e a ponte entre Penedo e Neópolis são frutos de sua capacidade de articulação e execução. Seu trabalho em Brasília não apenas reforça seu prestígio, mas também evidencia sua sintonia com as reais necessidades do Estado.

Renan Filho não representa o passado. Representa uma forma de governar que precisa ser retomada com ainda mais vigor. Em um cenário nacional de instabilidade e polarização, Alagoas precisa de uma

liderança experiente, respeitada em todos os níveis da federação e capaz de transformar capital político em obras, empregos e políticas públicas efetivas. Seu retorno ao governo seria, acima de tudo, a reafirmação de um compromisso com o desenvolvimento contínuo do Estado.

Há quem critique o retorno de um nome já consagrado. Mas a política não deve ser guiada por vaidades ou por desejos de novidade sem conteúdo. O que está em jogo é o futuro de um povo que já provou que pode avançar quando há seriedade no comando. Renan deixou o governo com as contas em dia, salários em ordem e projetos em execução. Sua volta seria bem-vinda.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Presidente de federação partidária prepara chapa e será candidato

Adeilson Bezerra, presidente em Alagoas da federação partidária Renovação Solidária, formada pelo Solidariedade e PRD, será candidato a deputado federal em 2026.

Ele já está montando a chapa com nomes mantidos em absoluto sigilo, mas com perfis para atingir de 30 a 35 mil votos, somando de 150 a 155 mil votos, o que pode viabilizar a eleição de um parlamentar.

Adeilson é tido como especialista em montar chapas vitoriosas para estadual e federal para eleger candidatos com a votação mínima necessária.



Mas dessa vez ele será candidato. A sua base eleitoral principal será montada no Agreste, especialmente em Palmeira dos Índios.

O discurso político também está definido: respeito e separação dos poderes; defesa da democracia e o polêmico Marco Temporal (demarcação de terras indígenas ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988).

Adeilson Bezerra disputou, em 1998, o governo de Alagoas. E em 2008 tentou uma vaga na Câmara de Vereadores de Maceió.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernandoliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

NO PÁREO

Ministro dos Transportes afirma que deixará o cargo em abril para disputar o Palácio dos Palmares

Renan Filho confirma candidatura ao governo de Alagoas em 2026 e reforça estratégia política do MDB

Durante o evento de lançamento do projeto do VLT em Arapiraca, nesta segunda-feira (7), o ministro dos Transportes e senador licenciado Renan Calheiros Filho (MDB) cravou sua intenção de disputar o governo de Alagoas nas eleições de 2026. “Eu vou me desincompatibilizar em abril pra ficar apto a disputar as eleições ao governo de Alagoas”, declarou, de forma categórica, diante de um público repleto de aliados políticos.

Ao lado do governador Paulo Dantas (MDB), do senador Renan Calheiros (MDB) — seu pai —, e do prefeito Luciano Barbosa, o ministro falou em tom que não deixa margem para recuos. A declaração espontânea marca oficialmente a largada de sua pré-campanha e alinha os planos do grupo



político que controla o Palácio República dos Palmares.

Nos bastidores, a candidatura de Renan Filho é vista como parte de uma engrenagem que também impulsiona a nova tentativa de Renan Calheiros se reeleger ao Senado — seria sua quinta eleição consecutiva para a Casa. Aos 71 anos, o patriarca do clã pretende fazer dessa a sua última campanha majoritária.

Com pai e filho disputando os dois principais cargos em 2026, resta ao grupo definir os nomes que irão compor a chapa: o vice na disputa pelo governo e o segundo candidato ao Senado. Nesse tabuleiro, uma peça de alto valor é o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), o JHC. Embora esteja sendo cortejado por Renan Calheiros para se integrar ao grupo governista, JHC tem se mantido em silêncio absoluto sobre qualquer aliança.

ALIADO DE PESO

Presidente da ALE destaca experiência e capacidade do ministro para dar continuidade ao projeto do MDB

Marcelo Victor reafirma apoio a Renan Filho: “É o nosso melhor quadro para o governo”

O presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, Marcelo Victor (MDB), foi um dos primeiros a declarar publicamente apoio à candidatura de Renan Calheiros Filho ao governo do estado nas eleições de 2026. Em entrevista concedida nesta segunda-feira (7), Marcelo Victor destacou que a decisão do ministro dos Transportes de se desincompatibilizar do cargo em abril para disputar o pleito não surpreende e é o caminho natural para garantir a continuidade do projeto político do MDB em Alagoas.

“Renan Filho tem grupo político, tem o respaldo da sociedade e um projeto que foi criado por ele e mantido pelo governador Paulo Dantas.



É jovem e tem todas as condições para aceitar essa missão”, afirmou Marcelo Victor, reforçando seu compromisso firme com a eleição do sucessor do atual governador.

O parlamentar destacou as qualidades do ministro como gestor e político: “É nosso melhor quadro. Vamos colocar quem no

governo? Vamos deixar de ter uma pessoa que tem experiência administrativa, prestígio, capacidade de trabalho e competência para botar quem no governo?”, questionou.

Marcelo Victor ressaltou ainda a experiência acumulada por Renan Filho após sua passagem pelo Senado e pelo Ministério

dos Transportes, apontando que isso o torna o nome ideal para manter Alagoas no caminho do desenvolvimento econômico e social. “Alagoas merece se desenvolver, e ele tem idade, força e capacidade para isso. O grupo ganha, política e administrativamente, ao continuar o que Paulo Dantas está fazendo, com foco em pagar a dívida social e aumentar a renda per capita do nosso povo”, explicou.

O presidente da Assembleia lembrou também que os avanços do atual governo só são possíveis graças à base sólida construída pelo governador Paulo Dantas. “Muitos avanços e entregas sociais superam o governo anterior, mas isso só está acontecendo porque Paulo fez a reformulação do Estado. Sem isso, não conseguiríamos entregar o que está entregando”, concluiu.

TENSÃO NO JUDICIÁRIO

Discussão pública entre Fábio Bittencourt e Carlos Cavalcanti revela disputa interna por poder

Embate entre presidente e vice escancara racha no Tribunal de Justiça de Alagoas

A sessão de abertura dos trabalhos do mês de julho no Tribunal de Justiça de Alagoas fugiu do habitual tom solene e revelou, em voz alta, o desgaste entre os dois principais nomes da Corte. O presidente Fábio Bittencourt e o vice Carlos Cavalcanti protagonizaram um confronto verbal que evidenciou a ruptura institucional vivida pela cúpula do Judiciário alagoano. Em meio à troca de farpas, ficou claro que o relacionamento entre os desembargadores já não suporta o verniz da diplomacia.

Carlos Cavalcanti, que ocupa a vice-presidência desde o início da atual gestão, se mostrou inconformado com a perda de atribuições que, tradicionalmente, pertenciam ao seu cargo. Desde a posse de Bittencourt, decisões



Desembargadores Carlos Cavalcanti (vice-presidente), Fábio Bittencourt (presidente) e Celyrio Adamastor (corregedor-geral) - Foto: Caio Loureiro / Dicom TJ/AL

estratégicas passaram a ser concentradas exclusivamente na presidência, incluindo a análise dos recursos dirigidos ao STJ e ao STF — prerrogativa antes delegada, por tradição, ao vice. A exclusão, segundo Cavalcanti, teria sido uma retaliação política.

A crise, no entanto, remonta ao processo

de eleição interna que definiu a nova mesa diretora. Cavalcanti teria avançado sobre a vice-presidência sem o aval do grupo majoritário, sendo alçado ao cargo após articulação direta com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. A interferência externa, vista como intervenção indevida por parte de alguns

colegas, abriu uma fissura que agora se aprofunda.

Com sua autoridade diluída e sem qualquer papel relevante na rotina administrativa do tribunal, o vice tornou-se uma figura simbólica. Na sessão desta terça-feira (1º), após meses de silêncio, ele verbalizou sua insatisfação, acusando Bittencourt de concentrar decisões e esvaziar o diálogo interno. O episódio, que provocou reações no plenário, expôs publicamente o desgaste antes contido nos bastidores.

Procurada, a assessoria do Tribunal de Justiça limitou-se a informar que a instituição segue operando normalmente e que divergências administrativas não comprometem o andamento dos processos. Apesar da nota protocolar, nos corredores da Justiça o clima é de impasse, com magistrados e servidores atentos ao desdobramento dessa disputa que, ao que tudo indica, ainda está longe de uma solução pacífica.

FEDERAL EM AÇÃO

Operação Voto Limpo investiga suposto esquema eleitoral nas eleições de 2024

Polícia Federal apura compra de votos ligada à campanha municipal em Viçosa

A Polícia Federal cumpriu, nesta terça-feira (8), um mandado de busca e apreensão no município de Viçosa, na Zona da Mata alagoana, como parte da Operação Voto Limpo. A ação tem como foco apurar um possível esquema de compra de votos envolvendo a última eleição municipal. A investigação teve início após a circulação de um vídeo que mostra um homem oferecendo dinheiro em troca de apoio eleitoral.

Nas imagens analisadas pelos peritos, o suspeito aparece orientando eleitores a colar adesivos em veículos e a demonstrar apoio público ao então candidato à reeleição, João Victor. Segundo a Polícia Federal, o conteúdo

motivou diligências de campo e análises técnicas que resultaram na identificação do indivíduo flagrado no vídeo. Até o momento, não há elementos que vinculem diretamente o prefeito ao suposto esquema.

O mandado cumprido nesta manhã teve

como objetivo recolher provas e aprofundar as apurações em curso. O material coletado será encaminhado para perícia, e poderá embasar futuras medidas judiciais contra os envolvidos. Os investigados poderão responder por corrupção eleitoral

e associação criminosa, conforme previsto na legislação vigente.

A imprensa entrou em contato com a Prefeitura de Viçosa, que afirmou não ter qualquer relação com o caso investigado e disse desconhecer detalhes sobre o andamento da operação. A gestão municipal declarou ainda que está à disposição das autoridades para eventuais esclarecimentos e reforçou seu compromisso com a legalidade do processo eleitoral.

A Polícia Federal segue com as apurações sob sigilo. O caso repercute entre lideranças locais e deverá ter desdobramentos nas próximas semanas, especialmente à medida que o período eleitoral se aproxima e o foco sobre a conduta de agentes políticos se intensifica.



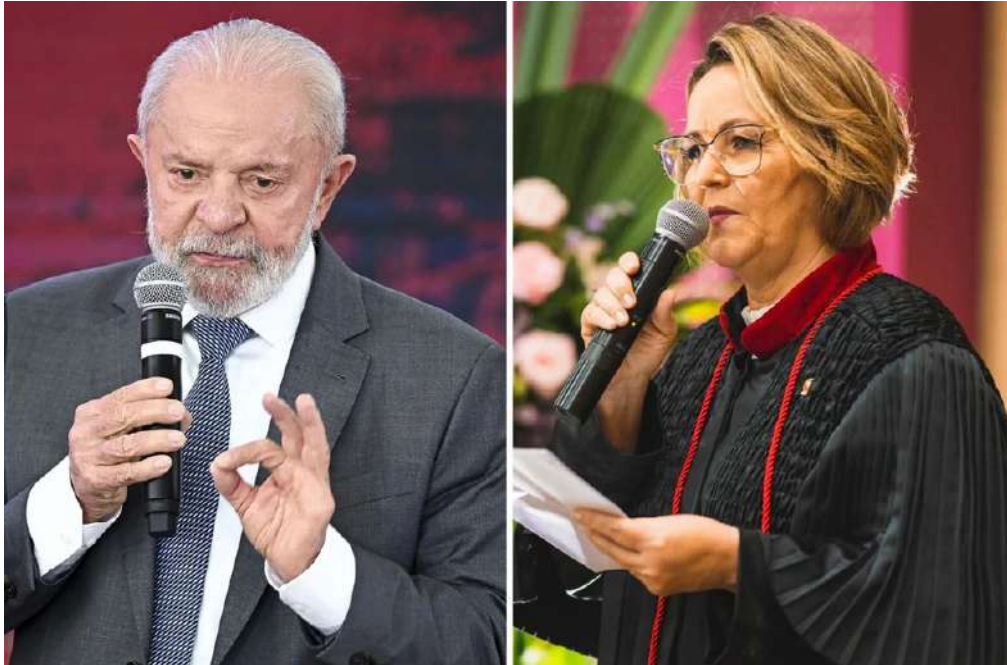
SAIU DA MOITA

Tia do prefeito de Maceió será a segunda mulher indicada pelo presidente para o STJ nesta gestão

Lula decide indicar Marluce Caldas, do MP-AL, para vaga no Superior Tribunal de Justiça

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tomou a decisão de indicar a procuradora Maria Marluce Caldas Bezerra, do Ministério Público de Alagoas (MP-AL), para uma das vagas abertas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A indicação, aguardada há nove meses, deve ser anunciada ainda nesta semana.

Marluce Caldas é tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), e será a segunda mulher escolhida por Lula para o tribunal superior durante o atual mandato. A informação foi confirmada à CNN por auxiliares do presidente e por pessoas próximas à procuradora.



A escolha da procuradora atende à necessidade de preencher a vaga destinada a um integrante do Ministério Público, conforme

as regras que regem as indicações ao STJ. Em outubro do ano passado, o tribunal definiu as listas tríplexes para as vagas deixadas pelas

ministras Laurita Vaz e Assusete Magalhães, aposentadas em 2023 e 2024, respectivamente.

Na lista do Ministério Público, além de Marluce Caldas, concorriam Sammy Barbosa Lopes, do MP do Acre, e Carlos Frederico Santos, do MPF. Laurita Vaz, uma das ministras aposentadas, também integrava o Ministério Público antes de ingressar no STJ.

Em maio, Lula já havia indicado o desembargador Carlos Augusto Pires Brandão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), para a outra vaga destinada à magistratura.

Com essa nova nomeação, o presidente reforça sua política de indicações visando maior representatividade feminina no tribunal, além de valorizar quadros do Ministério Público com atuação destacada.

SENADO

Deputado Carlos Zarattini será o relator da proposta que uniformiza IR sobre aplicações financeiras

Renan Calheiros deve presidir comissão que analisará MP sobre tributação de investimentos

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) deve assumir a presidência da comissão mista responsável por analisar a medida provisória editada pelo governo para compensar o recuo parcial no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A informação foi confirmada pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), nesta segunda-feira (7). A relatoria ficará com o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Na semana passada, Calheiros e Randolfe se reuniram com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tratar do assunto. Renan, aliado próximo do governo, é pai do ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB). Até o momento, o senador não comentou oficialmente sobre a



indicação.

A medida provisória modifica a tributação de aplicações financeiras e cria regras para a taxa de criptoativos, que ainda carecem de regulamentação no Brasil. Entre as mudanças, está a unificação da alíquota do Imposto de Renda sobre aplicações em 17,5%, encerrando o modelo atual, em que a taxa varia entre 22,5% e 15% conforme o prazo da aplicação. A proposta também institui uma cobrança de 5% sobre títulos atualmente isentos, como as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio).

A MP foi apresentada como forma de compensar a arrecadação após a revogação dos decretos que aumentavam o IOF — medidas que foram derrubadas pelo Congresso Nacional e motivaram ações no Supremo Tribunal Federal. A expectativa do governo é arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões ainda em 2025.

IMPOSTO DE RENDA

Deputado avalia alternativas para compensar perda de arrecadação sem comprometer neutralidade fiscal

Arthur Lira propõe reduzir alíquota mínima para viabilizar isenção do IR até R\$ 5 mil

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL) afirmou nesta terça-feira (8) que estuda reduzir a alíquota mínima sugerida pelo governo federal para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto

de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Relator do projeto, Lira pretende apresentar seu parecer ainda neste mês, antes do recesso parlamentar.

A proposta do Ministério da Fazenda prevê taxaçoão progressiva de rendimentos hoje isentos, como dividendos, com alíquotas a partir de 5% para ganhos acima de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil por ano),

chegando a 10% para quem recebe mais de R\$ 1,2 milhão anuais. A estimativa do governo é arrecadar R\$ 25,22 bilhões com a medida, além de R\$ 8,9 bilhões com a taxaçoão sobre remessas de dividendos ao exterior.

Lira, no entanto, considera que a compensação sugerida pelo governo excede a necessidade da renúncia fiscal e fere o princípio da neutralidade. “A compensação não é neutra. Ela traz uma arrecadação muito maior do que a renúncia. Vamos buscar uma alíquota que seja mais eficaz. Se será possível ou não, veremos depois”, afirmou.

Ele também sinalizou a possibilidade de incorporar à proposta itens relacionados à compensação da perda de arrecadação com o IOF, após a revogação de decretos pelo Congresso e a judicialização do tema no Supremo Tribunal Federal.

Embora haja apoio político à isenção para a faixa de até R\$ 5 mil — uma das principais promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —, o desafio do relator está em construir uma solução de compensação que respeite as regras fiscais em vigor e não pese excessivamente sobre os contribuintes com maior renda.



NOTA PÚBLICA DE RETRATAÇÃO

Eu, Saulo Lima Brito, advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas, sob o nº 9.737, venho a público, por livre e espontânea vontade, manifestar minha retratação e apresentar meu pedido formal de desculpas ao deputado federal Arthur César Pereira de Lira, em razão de fatos que se desdobraram no curso de processo judicial movido contra minha pessoa.

Trata-se da ação penal privada, sob o nº 0713106-90.2019.8.02.0001, que tramitou perante a 6ª Vara Criminal da Comarca de Maceió/AL, na qual fui incluído no polo passivo, ao lado da Sra. Jullyene Cristine Santos Lins, ex-esposa de Lira, por suposta prática de crimes contra a honra (calúnia e injúria), em decorrência de manifestações públicas e peças processuais que, segundo a acusação, teriam exposto conteúdos de processo sob sigilo de Justiça e causado prejuízo à imagem e à reputação do parlamentar.

Na ocasião, atuei exclusivamente como advogado, no exercício regular da profissão, representando os interesses de minha constituinte. As ações tomadas naquele contexto foram realizadas sob solicitação da cliente e dentro do limite da legalidade processual, não sendo motivadas por qualquer intenção pessoal de atacar, expor ou ofender o deputado Arthur Lira. Entretanto, após profunda reflexão pessoal e profissional, reconheço que o efeito público e institucional da minha conduta ultrapassou o necessário e causou desconforto, mágoa e exposição indesejada ao parlamentar. É nesse contexto que venho, com humildade, pedir desculpas públicas e sinceras a Arthur Lira.

Registro, com a devida ênfase, que nunca foi minha intenção ofender, atacar ou desqualificar o deputado federal Arthur Lira, cuja atuação pública é de conhecimento nacional, marcada por relevância política, notadamente pelo exercício da presidência da Câmara dos Deputados por dois mandatos consecutivos. A presente manifestação de retratação decorre não de obrigação processual ou determinação judicial, mas de um gesto voluntário, consciente e responsável, com o firme propósito de reafirmar meu compromisso com a ética, a civilidade e a moderação que devem nortear a atuação jurídica e o debate público, mesmo em situações adversas.

Tenho plena consciência de que, na qualidade de advogado, cristão e cidadão, minhas palavras e condutas têm consequências. E é por reconhecer a importância do respeito às instituições, às pessoas públicas e à estabilidade das relações sociais que, de forma inequívoca, torno pública esta retratação. Aproveito, ainda, para registrar que, a partir desta data, não farei qualquer nova manifestação pública ou judicial que envolva direta ou indiretamente o nome do deputado Arthur Lira, considerando definitivamente encerrada minha participação nos episódios que motivaram a presente nota.

Ao deputado Arthur Lira, sua família, colegas e equipe, renovo meu pedido de desculpas, reafirmando que jamais desejei causar-lhe qualquer tipo de dor, constrangimento ou prejuízo à sua imagem pública ou à sua honra pessoal. Por fim, reitero meu compromisso com o Estado Democrático de Direito, com os princípios da advocacia e com os valores fundamentais da convivência respeitosa, inclusive em meio aos embates judiciais.

Saulo Lima Brito
Advogado – OAB/AL 9.737

DINHEIRO

Decisão estabelece prazo de 24 meses para que poupadores ingressem no pacto firmado com bancos

STF condiciona pagamento de perdas do Plano Collor I à adesão a acordo coletivo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os poupadores que buscam o ressarcimento das perdas ocasionadas pelo Plano Collor I, em 1990, só terão direito às correções monetárias

caso adiram ao acordo coletivo homologado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165. A decisão, unânime, tem repercussão geral e efeito vinculante, ou seja, deverá ser seguida por todos os tribunais do país.

A Corte também fixou um prazo de 24 meses para a adesão ao acordo, contados a partir da publicação da ata de julgamento,

concluído em maio deste ano. A decisão foi tomada no julgamento de um recurso do banco Santander, revertendo sentença anterior do Tribunal de Justiça de São Paulo que havia determinado o pagamento de diferenças a poupadores.

O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, ressaltou que o acordo coletivo prevê a devolução apenas dos valores efetivamente disponíveis nas contas em abril de 1990, quando o Plano Collor I foi implementado. Recursos bloqueados no mês anterior pelo Banco Central não serão contemplados.

Firmado inicialmente em 2017 e ampliado em 2020 para incluir o Plano Collor I, o acordo é resultado da articulação entre instituições financeiras, a Advocacia-Geral da União (AGU), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Frente Brasileira pelos Poupadores. Até o momento, mais de 326 mil pessoas aderiram ao pacto, que já resultou no pagamento de mais de R\$ 5 bilhões.

Com a nova decisão do STF, os poupadores que ainda não ingressaram no acordo coletivo terão dois anos para formalizar a adesão, condição indispensável para receber eventuais valores de correção monetária relativos ao período.



NOVA ESCOLHA

Parlamentar assume a função com a missão de conduzir a interlocução política do governo na Câmara

Vereador Kelmann Vieira é o novo líder do governo JHC na Câmara de Maceió

O vereador Kellmann Vieira foi escolhido como novo líder do governo JHC na Câmara Municipal de Maceió, nesta quarta-feira (9). A indicação tem como objetivo reforçar o diálogo institucional entre o Executivo e os vereadores, contribuindo para a tramitação de projetos importantes para Maceió.

Kellmann agradeceu a confiança do prefeito JHC e destacou o compromisso com a cidade. “Agradeço ao nosso prefeito JHC pela confiança depositada em mim ao me indicar para ser seu líder na Câmara, e fazer a interlocução entre o Executivo e o Legislativo, sempre escutando os amigos vereadores e ajudando o prefeito a continuar administrando com transparência, eficiência e dedicação.

Com ampla



experiência na Casa, Kellman já ocupou cargos importantes na Mesa diretora, inclusive sendo presidente da câmara entre 2015 e 2020. O vereador é reconhecido por seu trabalho em diversas áreas, como segurança pública, saúde, esporte e cultura.

O presidente da casa Chico Filho ressaltou as qualidades do vereador que o consolidam como uma escolha equilibrada e estratégica para a liderança do governo. “Experiência, boas ideias, compromisso e um excelente diálogo com os vereadores e secretários. Essas são

algumas das muitas qualidades do vereador Kelmann Vieira. Uma excelente escolha do prefeito JHC e que vai contribuir muito no dia a dia da Câmara de Maceió”, disse Chico.

SOLICITAÇÃO

Comissão de Orçamento e CCJ vão emitir pareceres para que a Câmara vote o projeto de forma transparente e sem dúvidas

Vereadores vão analisar a solicitação do Município para contratação de empréstimos

A Câmara Municipal vai analisar com mais detalhes a solicitação da Prefeitura de Maceió para contratação de crédito no valor de R\$ 1,2 bilhão que será destinado ao “Programa Avança Maceió”. O pedido de empréstimo tramita em regime de urgência desde a semana passada, quando o Município publicou em Diário Oficial e encaminhou projeto para avaliação do Legislativo.

Durante a sessão desta terça-feira (8), o presidente da Câmara, Chico Filho, acatou os pedidos da Comissão de Orçamento e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que o parlamento tenha mais tempo hábil para deliberar

e emitir pareceres acerca da contratação e operação de crédito.

As comissões de Orçamento e CCJ vão se debruçar sobre o projeto e quando os pareceres estiverem publicados em Diário Oficial, será marcada uma nova sessão extraordinária para deliberar sobre o assunto. Como o pedido tramita em regime de urgência, os prazos são diferentes, e o parlamento continua em sessão permanente.

O presidente da Comissão de Orçamento,

vereador Samyr Malta, ressaltou que as informações solicitadas ao Município sobre os empréstimos chegaram nesta terça (8), portanto, existe a necessidade de os vereadores avaliarem com mais rigor as respostas da prefeitura.

“Todos os vereadores precisam saber com mais detalhes o que está sendo discutido e o que será votado aqui na Câmara”, disse o parlamentar.

Para a presidente da CCJ, Olivia Tenório,

além dos vereadores, a população também precisa compreender o que representa a contratação dos empréstimos. “Existe agora a necessidade de solicitar um pouco de prazo para dar atenção ao que está sendo pedido pelo Município”, complementa.

Já o vereador Rui Palmeira defendeu que o parlamento votasse o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) na sessão desta terça (8), e na volta do recesso parlamentar, em agosto, os empréstimos fossem aprovados. No entanto, o entendimento no Legislativo foi o de que tanto a LDO quanto a contratação de operação de crédito serão analisados conjuntamente em plenário.

As votações sobre os projetos não tiveram continuidade hoje devido à ausência de quórum.



Iniciativa da Agência inspira outras instituições públicas na adoção de práticas preventivas e eficientes

Arsal apresenta modelo pioneiro de gestão de risco no Simpósio Previdência em Ação

A assistente técnica da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal), Adriana Maia, será uma das palestrantes do Simpósio “Previdência em Ação”, promovido pela Alagoas Previdência. O evento acontece nesta quinta-feira (10), no Centro de Inovação do Jaraguá, em Maceió, e reunirá representantes de órgãos públicos, especialistas e membros da sociedade civil para debater temas como inovação, gestão e eficiência na administração pública.

Na ocasião, Adriana apresentará a experiência da Arsal com a implantação da gestão de risco organizacional, área na qual a agência se tornou referência nacional. A Arsal foi a primeira agência reguladora estadual a adotar



esse modelo, que passou a ser procurado por outras entidades como exemplo para estruturação de seus próprios sistemas de governança.

A palestra de Adriana terá como foco os conceitos práticos da gestão de riscos, desde o planejamento estratégico até a aplicação em áreas finalísticas e de apoio. A especialista pretende mostrar como essa abordagem pode ser adotada de forma transversal e

permanente dentro de qualquer instituição, pública ou privada, promovendo uma cultura de prevenção e tomada de decisão consciente.

A presidente da Arsal, Camilla Ferraz, reforça a importância da prática para garantir a qualidade dos serviços públicos. Segundo ela, a gestão de riscos vai além do cumprimento da legislação, sendo uma ferramenta essencial para assegurar

eficiência, responsabilidade e melhores resultados à população usuária dos serviços regulados.

Adriana destacou ainda que a adoção dessa metodologia é uma forma de proteger o uso dos recursos públicos e gerar impactos positivos diretos nos serviços prestados. Para ela, sensibilizar outras instituições é fundamental para que a gestão de risco se torne parte prática da rotina e não apenas uma exigência documental.

O simpósio faz parte do Programa de Educação Previdenciária e Financeira do Alagoas Previdência e contará com a presença de outros nomes relevantes do setor público, como Luiz Vale, Thais Cabral e Guilherme Schuler. O objetivo é fomentar o diálogo sobre governança, transparência e valorização do serviço público, estimulando a participação social e o aprimoramento contínuo da administração pública.

INCLUSÃO SOCIAL

A ação é uma iniciativa da Secdef, em conjunto ao Detran, e faz parte das comemorações dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão

Governo lança, nesta quinta, cartilha anticapacitismo e entrega documentos a pessoas autistas e com deficiência

O Governo de Alagoas lança nesta quinta-feira (10), às 9h, na sede do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), a cartilha “Combata o Capacitismo”. Haverá ainda a entrega de 357 carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) e 210 cartões para pessoa com deficiência (PcD). A iniciativa é da Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (Secdef) e conta com o apoio do Detran Alagoas.

Segundo Tereza Nelma, a atividade faz parte das ações de inclusão e acessibilidade e de promoção da igualdade social. “A cartilha, que será lançada em Alagoas, traz

orientações para o respeito à diversidade humana e enfatiza que o capacitismo resulta em discriminação contra uma pessoa em função da deficiência, bem como traz dicas para substituição de expressões capacitistas que reforçam estigmas e causam sofrimento”, destacou.

Além da cartilha anticapacitista, haverá entrega das Cipteas, documento que garante prioridade a serviços públicos, e dos cartões PcD, que dão gratuidade ou desconto no transporte intermunicipal para idosos. “O Governo estadual, por meio da Secdef, tem avançado e ampliado iniciativas de

promoção de políticas públicas de acessibilidade e garantia de direitos fundamentais, cidadania e dignidade humana”, ressaltou Tereza.

Ainda durante o evento, haverá ciclo de palestras no auditório do Detran que abordarão temas como anticapacitismo e a importância dos Cipteas e cartões PcD’s, direcionadas aos servidores do departamento de trânsito do estado. As famílias que irão receber a Ciptea e o cartão PcD também participarão de palestras. Ainda serão promovidas atividades lúdicas e educativas, no espaço educacional Arena Detranzinho.

Lei brasileira de inclusão

O secretário-executivo da Cidadania, Leandro Carvalho, ressaltou que a iniciativa, que será desenvolvida com o apoio do Detran, integra as atividades comemorativas dos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão. “Para marcar essa uma década da Lei Brasileira de Inclusão, momento histórico para as pessoas com deficiência no país, a Secdef tem feito diversas ações de conscientização e promoção da inclusão social, cidadania e garantia de direitos”, destacou.



JOGO FORA DAS QUATRO LINHAS

Richarlyson aponta irregularidade na escalação de João Pedro pelo Chelsea

Fifa é criticada após eliminação do Fluminense no Mundial



A derrota por 2 a 0 para o Chelsea eliminou o Fluminense do Mundial de Clubes nesta terça-feira (8), mas um dos principais focos após o jogo foi a presença de João Pedro em campo. Contratado recentemente, o atacante balançou as redes duas vezes e teve participação decisiva na classificação do time inglês. Para o ex-jogador Richarlyson, a permissão da Fifa para sua inscrição foi “absurda”.

Durante o programa Troca de Passes, do sportv, o comentarista foi direto ao criticar a decisão da entidade. “Essa segunda janela de transferências que a Fifa abriu, pra mim, não tem cabimento. O jogador chegou no fim da competição pra disputar praticamente só o mata-mata. Isso deturpa o sentido do torneio”, disparou.

João Pedro foi registrado entre os dias 27 de junho e 3 de julho, janela emergencial aberta pela

Fifa. A chegada do ex-Brighton movimentou o mercado: o Chelsea desembolsou 55 milhões de libras (R\$ 415 milhões), com possibilidade de bônus adicionais. O atacante, revelado pelo próprio Fluminense, chegou como reforço imediato e já entrou como titular diante de Palmeiras e Fluminense.

O caso reacende a discussão sobre os critérios de elegibilidade em torneios curtos como o Mundial. Apesar da legalidade da inscrição, a presença de reforços pontuais em fases decisivas causa desconforto, sobretudo quando impactam diretamente o desempenho esportivo.

ARQUIBANCADA EM ALERTA

Clubes se enfrentam por Copa do Nordeste e Copa do Brasil nas próximas semanas

O CSA anunciou nesta terça-feira que ultrapassou a marca de 5 mil sócios adimplentes em seu programa de fidelidade. A informação chega em meio à expectativa

pelas partidas decisivas contra o Ferroviário, nesta quarta-feira, pela semifinal da Copa do Nordeste, e contra o Vasco, no dia 30, pela ida da terceira fase da Copa do Brasil.

O diretor social do clube, Vitor Castro, atribuiu o crescimento à mobilização em torno das decisões. “Esperamos um bom público contra o Ferroviário. Faz 26 anos que



CSA atinge 5 mil sócios e mira decisões contra Ferroviário e Vasco

o CSA não chega a uma semifinal da Copa do Nordeste, então é um momento histórico. Estamos vendendo ingressos a R\$ 30, R\$ 50 e R\$ 200 nos pontos físicos”, disse durante coletiva no CT Gustavo Paiva.

A partida contra o Vasco, no Rei Pelé, também movimenta as bilheteria. Segundo o clube, os ingressos destinados à torcida visitante estão quase esgotados. “Já vendemos 90% da carga para os vascaínos. Aos azulinos, ainda temos uma quantidade boa, mas é

melhor garantir logo”, alertou Castro.

O clube também informou que o limite de público será de 15.200 pessoas, conforme recomendação do Ministério Público. A expectativa é de casa cheia nas duas partidas e de ambiente decisivo para embalar a equipe nas competições nacionais.

Alerta financeiro

Hulk voltou a se manifestar sobre os salários atrasados no Atlético-MG. Após a vitória sobre o Fluminense, o atacante classificou a situação como “delicada” e cobrou uma solução rápida por parte da diretoria. Segundo ele, o elenco tem mantido o foco dentro de campo, mas é difícil ignorar os problemas financeiros que afetam o ambiente. O clube, que vive momento de transição administrativa, ainda não regularizou os vencimentos referentes a parte do elenco e comissão técnica, o que preocupa os atletas em meio à maratona de competições.

Desfalque azulino

O CSA não contará com o técnico Higo Magalhães na partida desta quarta-feira contra o Ferroviário, válida pela semifinal da Copa do Nordeste. O treinador cumpre suspensão automática e será substituído à beira do campo pelo auxiliar Leandro Silva. Mesmo fora do banco, Higo comandou os treinamentos e definiu a provável escalação com nomes conhecidos da torcida, como Thomas Bastos e Marquinhos. A ausência do treinador ocorre em um dos jogos mais importantes da temporada, e a expectativa é de estádio cheio no Rei Pelé.

Combate preventivo

Jogadores do Corinthians participaram nesta quarta-feira de uma palestra promovida pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sobre prevenção à manipulação de resultados. A atividade faz parte de um programa nacional da entidade para reforçar a integridade nas competições. O elenco assistiu a orientações sobre apostas ilegais, denúncias e consequências disciplinares, com foco em condutas dentro e fora de campo. A iniciativa ocorre em meio a investigações que envolvem esquemas de aliciamento de atletas no futebol brasileiro.

Retorno esperado

O meia Danielzinho deve retornar ao time titular do CRB na partida contra o Coritiba, nesta quinta-feira, pela Série B. Após começar no banco contra o Vila Nova, o jogador foi testado entre os 11 nos treinos da semana e pode ganhar nova chance na equipe de Daniel Paulista. Com boa visão de jogo e experiência no meio-campo, Danielzinho é considerado peça importante na construção ofensiva. O CRB precisa pontuar fora de casa para seguir sonhando com o acesso à elite do futebol nacional.

FIM DE UMA ERA

Britânico é substituído por Laurent Mekies em meio a crise técnica e perda de lideranças internas

Red Bull demite Christian Horner após 20 anos no comando

A Red Bull anunciou nesta quarta-feira a saída imediata de Christian Horner do cargo de chefe de equipe da escuderia de Fórmula 1. Após duas décadas à frente do time de Milton Keynes, o dirigente britânico deixa o posto em um momento turbulento, marcado por queda de desempenho e debandada de nomes-chave da estrutura técnica. Com a equipe ocupando apenas a quarta posição no Mundial de

Construtores de 2025, a decisão reflete a pressão crescente por resultados. Desde a surpreendente virada da McLaren no início de 2024, a Red Bull tem lutado para recuperar ritmo. Apesar de duas vitórias de Max Verstappen nesta temporada, o rendimento do carro tem sido inconsistente. A sucessão será conduzida por Laurent Mekies, que vinha comandando a Racing Bulls. No time satélite, Alan Permane assume como novo chefe de equipe. Ambos devem trabalhar em sintonia com Peter Bayer, CEO da Racing Bulls, para reestruturar

as operações. Nos bastidores, a situação da Red Bull já era delicada. Além do desempenho instável, a equipe viu partir o projetista Adrian Newey, agora na Aston Martin, e perdeu nomes como Rob Marshall (McLaren), Jonathan Wheatley (Sauber) e, em breve, Will Courtenay. A instabilidade também atinge Verstappen, que apesar de contrato até 2028, teria cláusulas de saída válidas ainda neste mês. A partir do ano que vem, a Red Bull iniciará uma nova fase com seu projeto próprio

de unidades de potência, desenvolvido em parceria com a Ford. O ambicioso plano traz incertezas quanto à capacidade competitiva a médio prazo e pode ter influenciado na reformulação da chefia. Horner deixa a equipe com um currículo de respeito: oito títulos de pilotos – divididos entre Sebastian Vettel e Max Verstappen – e seis troféus de construtores. Em nota oficial, a Red Bull agradeceu ao dirigente pelo “compromisso incansável” e o

ESTREIA CONFIRMADA

Marcus “Bucheça” Almeida, multacampeão mundial de jiu-jítsu, é o mais novo nome confirmado no UFC. O brasileiro assinou contrato com a organização e já tem estreia marcada para o card de 21 de setembro, em Las Vegas, contra o americano Don’Tale Mayes. Buchecha migra do ONE Championship, onde acumulou quatro vitórias em cinco lutas de MMA. Aos 35 anos, ele inicia a trajetória no UFC buscando se firmar entre os pesos-pesados, categoria que vive momento de renovação após a saída de Francis Ngannou e a indefinição no topo do ranking.

FITTIPALDI SOBE

Emerson Fittipaldi Jr. foi confirmado nesta terça-feira como piloto da Fórmula 2 em 2026. O filho do bicampeão mundial de F1 vai correr pela equipe ART Grand Prix, tradicional formadora de talentos na categoria de base. Atualmente disputando a Fórmula Regional Europeia, Fittipaldi Jr. é parte do programa de desenvolvimento da Sauber e já teve participações em testes oficiais. A ida para a F2 marca mais um passo importante em sua ascensão no automobilismo europeu e reacende a expectativa sobre a presença de um Fittipaldi no grid principal da Fórmula 1 nos próximos anos.

PRESO NOVAMENTE

O ex-atacante Régis Pitbull, que atuou por clubes como Corinthians e Ponte Preta, foi preso nesta terça-feira em Campinas (SP) após ser considerado foragido da Justiça. Régis tinha um mandado em aberto por descumprimento de medidas judiciais. Aos 47 anos, ele já havia sido detido em outras ocasiões por envolvimento com drogas e chegou a passar por reabilitação. Conhecido por sua habilidade dentro de campo e por problemas extracampo, o ex-jogador enfrentou uma série de dificuldades desde o fim da carreira profissional, marcada por passagens também pelo futebol chinês e português.

CLASSIFICAÇÃO GARANTIDA

A seleção brasileira feminina de vôlei venceu a Bulgária por 3 sets a 0 e garantiu vaga antecipada na fase final da Liga das Nações de 2025. A partida foi disputada nesta quarta-feira, no Maracanãzinho, e marcou mais uma atuação sólida da equipe comandada por José Roberto Guimarães. Com destaque para Gabi e Rosamaria, o Brasil dominou todos os fundamentos e não deu chances às adversárias. O resultado assegura a presença da equipe entre as oito melhores da competição, mantendo a campanha invicta na etapa do Rio de Janeiro e ampliando a confiança para a sequência do torneio.



CARTÃO VERMELHO DO FISCO

Técnico da Seleção Brasileira também foi multado em R\$ 2,4 milhões

Ancelotti é condenado a prisão por fraude fiscal na Espanha

Carlo Ancelotti, técnico da Seleção Brasileira, foi condenado nesta quarta-feira a um ano de prisão por fraude fiscal na Espanha. A sentença foi emitida pela Audiência Provincial de Madrid e se refere ao ano fiscal de 2014, quando o italiano comandava o Real Madrid em sua primeira passagem. Além da pena, ele terá que pagar uma

multa de 386 mil euros (cerca de R\$ 2,4 milhões). Segundo o Ministério Público espanhol, Ancelotti omitiu receitas relacionadas a direitos de imagem e deixou de pagar impostos sobre valores recebidos enquanto residia na Espanha. Ele foi absolvido de acusação semelhante referente a 2015, mas perdeu benefícios fiscais no país por um período de três anos. Durante o julgamento, realizado em abril, Ancelotti alegou que

seguiu orientações do Real Madrid e de seus consultores britânicos. “Nunca pensei em cometer fraude. Para mim, tudo estava em ordem”, disse à Justiça. Ele ainda afirmou que não controlava diretamente os detalhes contratuais. A denúncia do Ministério Público apontava prejuízo ao fisco de mais de 1 milhão de euros em dois anos. Inicialmente, os procuradores pediam pena de quatro anos e nove meses de prisão, além de multa

de 3,2 milhões de euros. O treinador foi condenado apenas por um dos exercícios fiscais. Atualmente à frente da Seleção nas Eliminatórias Sul-Americanas, Ancelotti não se manifestou sobre a decisão judicial. Seu filho, Davide Ancelotti, que recentemente assumiu o comando do Botafogo, também prestou depoimento durante o julgamento.